

Colonialidade da biopolítica, saberes eurocêntricos e a genealogia decolonial

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.018-001>

Guilherme Ribeiro dos Santos Sena

Graduando em Psicologia

Instituição: Universidade Federal do Rio grande do Norte
(UFRN)

E-mail: guilherme.sena.143@ufrn.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4162-2773>

RESUMO

A proposição do presente artigo se dá pela continuação de uma série de pesquisas realizadas pelo autor nos últimos dois anos, tanto na forma de projeto de pesquisa quanto de artigo em fase de publicação. Para tal, usa-se como método de análise crítico a genealogia decolonial ou decolonialidade genealógica, uma forma de aproximação da analítica erigida pelo filósofo francês Michel Foucault das formas de exercício do poder e da teoria crítica decolonial à modernidade/colonialidade na figura do sociólogo peruano Aníbal Quijano. Dessa forma, foi possível identificar como os saberes eurocêntricos se formam e atuam conjuntamente com a colonialidade do saber (eurocentrismo) como mecanismos de manutenção do preconceito epistêmico e racista. Além disso, foi proposta uma nova forma de entender a complexidade das formas de assujeitamento/sujeição dentro do contexto colonial na figura da colonialidade da biopolítica, forma de exercício da colonialidade do poder e da biopolítica à nível micro, meso e macrofísico.

Palavras-chave: Colonialidade da biopolítica, Assujeitamento/sujeição, Colonialidade do poder/saber, Genealogia decolonial.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho parte do pressuposto da teorização de uma genealogia decolonial dos saberes/poderes. Projeto esse que vem sendo elaborado nos últimos 2 anos, orientado pelo Prof. Dr. Lucas Trindade da Silva (UFRN), tendo rendido um relatório de pesquisa, publicado nos anais do XXXIV Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e um artigo em fase de publicação. Para tanto, a proposição de uma genealogia decolonial se dá por meio da aproximação teórico-metodológica da genealogia do poder erigida por Michel Foucault, fortemente influenciada pelo pensamento de Friedrich Nietzsche, e pela crítica da colonialidade do poder desenvolvida por Aníbal Quijano.

A proposição de uma analítica genealógica decolonial dos saberes eurocêntricos se dá, em parte, pela influência sofrida pelo pensamento de Santiago Castro-Gómez, especialmente em *Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”* (2005), *Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes* (2007a) e *Michel Foucault y la colonialidad del poder* (2007b). Juntamente com a ampliação do conceito de dispositivo foucaultiano pelas mãos da filósofa brasileira Sueli Carneiro, proposto em *Dispositivo de racialidade: A invenção do outro como não ser como fundamento do ser* (2023).

Portanto, diferentemente dos trabalhos realizados anteriormente, em que a centralidade maior recaía em Foucault e Quijano, com esses outros dois pensadores como secundários, que ajudaram a pensar a genealogia decolonial, nessa produção teórica, buscarei dar maior centralidade ao pensamento de Castro-Gómez e Carneiro. Podendo-se dizer que será possível ver tanto o lado foucaultiano quanto decolonial do pensador colombiano e como o conceito de dispositivo de racialidade pensado pela autora brasileira se torna um mecanismo chave para se pensar as dinâmicas epistêmicas dentro das materialidades latino-americana.

Dito isso, o plano mais amplo dessa produção teórica se engendra pela aproximação entre a genealogia foucaultiana e suas origens, em Nietzsche, e o pensamento decolonial de Quijano, produzindo, então, uma genealogia decolonial ou decolonialidade genealógica. Essa perspectiva de análise da conjuntura social latino-americana parte do pressuposto da negação do ideal eurocêntrico hegemônico presente no cânone das humanidades na produção de conhecimento sobre a América Latina. Além disso, entender a colonialidade do poder e o eurocentrismo enquanto dispositivos de poder e de verdade, respectivamente, é vital para o avanço da pesquisa.

Para tanto, Foucault (2021b) nos mostra que as técnicas disciplinares são mecanismos de diferenciação, assujeitamento/sujeição e individualização. Dessa forma, com a ampliação dessas formas de exercício de poder, há o surgimento das ciências humanas. Ciências essas que permanecem com grande influência das ciências naturais e do positivismo.

Além disso, pretendo desenvolver ao longo dessa pesquisa, o que considero ser uma nova terminologia de análise dos mecanismos de hierarquização, assujeitamento/sujeição e individualização: a colonialidade da biopolítica. Um mecanismo de controle da vida e da morte através de uma lógica de superioridade por parte dos países do Norte Global, advinda do período colonizatório.

Para tal, essa pesquisa pode ser dividida em dois eixos centrais: por um lado, como as ciências humanas e sociais atuam dentro do contexto do colonialismo e da colonialidade, sendo mecanismos de suma importância na colonização desses referidos países do terceiro mundo; por outro lado, buscarei erigir o que venho chamando de colonialidade da biopolítica, aproximando-me cada vez mais do debate decolonial de autores como Santiago Castro-Gómez, Walter D. Mignolo, Ramón Grosfoguel e o próprio Aníbal Quijano para pensar como essa forma de controle da população assujeitada ocorre. Dessa forma, continuarei o debate que venho fazendo nos últimos anos sobre a proposição de uma analítica genealógica decolonial dos saberes/poderes, atualizando-a.

A análise comparativa da genealogia do poder e da colonialidade do poder partirá da recusa, por parte de Foucault e Quijano, de trabalhar com a noção de ideologia, adotando, respectivamente: as noções de dispositivo de verdade, ou seja, a função política dos discursos de verdade, as discursividades criadas e empregadas por eles para exercerem determinada função social e os mecanismos de poder que permitem seu funcionamento; e eurocentrismo, ou, dito de outro modo, o entendimento de produção da racionalidade europeia como constituinte das formações discursivas presentes em países afetados por sua dominação geopolítica e militar.

2 SABERES EUROCÊNTRICOS NO CONTEXTO DA COLONIALIDADE

A proposição de uma analítica diferencial dos mecanismos epistêmicos da colonialidade implica, necessariamente, no entendimento do papel que os intelectuais ocupam dentro do contexto do colonialismo e da colonialidade. Tanto autores europeus, Michel Foucault e Gilles Deleuze, quanto autores do Sul Global, Gayatri Spivak e Florestan Fernandes, concordam em uma coisa sobre a função dos intelectuais: eles não são necessários na representação das ideias do povo. Numa entrevista presente em Foucault (2021), ele e Deleuze discorrem sobre como as massas não dependem dos intelectuais para conhecerem a realidade, porém, há um limite ao que pode e como pode ser conhecida essa concretude, por conta das relações de poder.

Para eles, os intelectuais são representantes de determinadas formas de exercício do saber/poder. Por serem considerados detentores desse saber, e, como mostrado em pesquisas anteriores, vide Sena (2023), não é possível o exercício de poderes sem a atuação de saberes, eles são vistos como os representantes das massas incultas. Para tal, o agenciamento dos intelectuais para a causa das massas é, sim, um desafio a ser realizado, porém, com as devidas considerações de que eles não são e nem devem ser os líderes dos movimentos rebelados.

Já para Spivak (2010), a utilização dos intelectuais atua numa lógica de permanência de exclusão de quem pode ou não falar sobre si. Para ela, dentro do contexto colonizatório, quanto mais se pertence a grupos marginalizados, vide mulheres, negros e pessoas não heteronormativas, menos se tem o direito a relatar suas lutas e experiências de vida. Diferentemente dela, Fernandes (2009), entende que o papel dos intelectuais pode ou não estar associado ao contexto emancipatório. Para isso, o autor apresenta os conceitos de revolução dentro da ordem e revolução fora da ordem. A revolução dentro da ordem seria um tipo de revolução que não abala as estruturas vigentes de forma significativa, não buscando realizar mudanças profundas no status quo. Já a revolução fora da ordem se apresenta como uma forma de romper com as atuais formas de dominação que o capitalismo dependente e tardio impõe. Para ele, o papel dos intelectuais pode ou não estar a favor dessas mudanças significativas nas estruturas vigentes, sendo de suma importância que eles trabalhem, juntamente ao povo, para que haja uma “desconstrução” das mesmas.

Para Castro-Gómez (2005), as ciências sociais ocuparam lugar privilegiado no que concerne à hierarquização entre as diversas sociedades. Para ele, muitas delas surgiram como forma de analisar as sociedades “menos desenvolvidas”. Para tal, “as ciências sociais não efetuaram jamais uma ‘ruptura epistemológica’ –no sentido althusseriano– face à ideologia” (Castro-Gómez, 2005, p. 91). Ou seja, as ciências sociais, para utilizar termos de Fernandes (2009), sempre estiveram ligadas a micro revoluções dentro da ordem. Castro-Gómez retoma Althusser (1980) ao comparar as ciências sociais a Aparelhos Ideológicos, mesmo que, aparentemente, neste caso, há um descentramento da figura do Estado. Na teoria althusseriana, Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) são formas de controle e assujeitamento da subjetividade humana. Eles assujeitam (trans)formando indivíduos em sujeitos, produzindo subjetividades.

Dito isso, dentro do contexto colonial, há a formação de sujeitos subalternos àqueles criados em contexto da aparelhagem ideológica europeia. Não somente isso, como os AIEs utilizados nos países colonizados, muitas vezes, são importados dos colonizadores. O pensador colombiano, porém, não se limita a fazer uma síntese da teoria do assujeitamento/sujeição presente no pensamento althusseriano, como também se apropria por aquela desenvolvida por Foucault. Para ele, as ciências sociais, além de serem “Aparelhos Ideológicos”, atuam num duplo movimento teórico-metodológico-comparativo, onde, do lado de dentro dos países colonizados, operam como forma de ajuste e controle das subjetividades dissidentes aos exercícios de saber/poder disciplinares. Já pelo lado de fora desses países, elas atuam como forma de legitimação da Divisão Internacional do Trabalho em prol dos colonizadores (Castro-Gómez, 2005).

Para o autor, “a produção da alteridade para dentro e a produção da alteridade para fora formavam parte de um mesmo dispositivo de poder. A colonialidade do poder e a colonialidade do saber são localizadas numa mesma matriz genética.” (Castro-Gómez, 2005, p.91). Para além do que

foi dito, esse mesmo dispositivo de poder, ao qual o autor se refere, se trata dos mecanismos de assujeitamento/sujeição desenvolvidos pela colonialidade do poder e do saber como formas de criação de identidades subalternas.

Para o autor, Quijano pega de empréstimo o conceito de poder disciplinar foucaultiano e o expande com seu conceito de colonialidade do poder. Para mim, porém, o que Quijano fez foi um projeto ainda mais ousado: ele desenvolve uma problemática dos mecanismos biopolítico-celulares de diferenciação, hierarquização e assujeitamento/sujeição com base na teorização foucaultiana sobre as formas de exercício do saber e do poder, projeto esse que será melhor desenvolvido no próximo tópico.

Segundo Castro-Gómez (2007a), por conta da influência sofrida do pensamento de Jean Lyotard, tanto dentro quanto fora do sistema colonial, as universidades estão em crise, e seu papel social, dentro do contexto da colonialidade, assume a função de dispositivo reprodutor da colonialidade do ser, do saber e do poder. Para ele, as universidades atuam como formas de legitimação do conhecimento social, na separação da doxa da episteme, dos conhecimentos passíveis de serem conhecidos daqueles que não devem.

Seguindo essa lógica, Hur (2021), aponta que, nas universidades, muitas vezes, há o agenciamento micropolítico da axiomática do capital na figura dos professores, pelo fato de haver uma espécie de competição implícita de quem realiza mais publicações. Dessa forma, os professores e a universidade de modo geral estão a serviço da lógica capitalística, pois se está utilizando de um diagrama de rendimento, onde há atuação de um mecanismo de produção de cada vez mais capital.

Por conta do seu papel de agente legitimador das formas de conhecimento, fica subentendido que todas as formas de conhecimento que fujam à lógica e à axiomática do capital devem ser postas de lado. Há, atualmente, ao que parece, um debate muito forte, dentro do contexto universitário periférico, uma discussão cada vez maior dos mecanismos de opressão desenvolvidos pelos países do Norte Global, seja de viés marxista, com a crítica do capitalismo central e tardio, seja de viés decolonial, pós-colonial ou anticolonial. Entretanto, por mais que esses debates tenham aumentado nos últimos anos, não parece ter havido uma mudança significativa nas estruturas de poder universitárias no que concerne à validação das formas de conhecimento.

No Brasil, por conta da implementação do sistema de cotas étnico-raciais, vemos um aumento significativo de pessoas pretas, quilombolas e não quilombolas, e indígenas dentro das universidades públicas, em comparação a antes dessa política pública ser implementada, mas isso não vem garantindo que essas pessoas tenham direito a compartilhar suas formas tradicionais de cosmovisões.

Para uma real efetivação da descolonização das atuais estruturas de saber/poder, Castro-Gómez (2007a) nos mostra um caminho possível: a descolonização do saber e das universidades produtoras de desigualdades intelectuais através do diálogo entre saberes, ou transculturalidade. Para o autor, foi possível haver uma primeira ruptura epistêmica, com o avanço dos debates pós-coloniais, decoloniais,

descoloniais e anticoloniais. Porém, essa primeira ruptura se deu no nível da doxa. Sendo, assim, necessária uma segunda ruptura epistêmica. Dessa vez, no nível da episteme.

Para tal, torna-se preciso o resgate das formas de saber/conhecer ancestrais. Aqueles ligados à corporeidade desses indivíduos subalternizados e racializados. Não apenas sua retomada histórica, mas também sua incorporação nos debates centrais do atual mundo moderno/colonial, com caráter de saberes tão importantes e científicos quanto aqueles trazidos com o avanço da ocidentalização do conhecimento.

Com isso em mente, o autor colombiano expõe duas maneiras centrais de como descolonizar o ambiente universitário: “o favorecimento da transdisciplinaridade”, por meio da recusa à lógica capitalística de exclusão (ou se é a ou se é b), e substituir por uma lógica inclusiva que abarque a multiplicidade da subjetividade humana, com o uso de uma lógica de (se é a e b). Em segundo lugar, “o favorecimento da transculturalidade”, com o favorecimento de conhecimentos de fora da Europa e de seu padrão eurocentrado-branco-moderno-colonial.

Para além do pensamento de Castro-Gómez, dois outros autores do giro decolonial se mostram de suma importância para o entendimento dos processos de inferiorização epistêmica centrada nos procedimentos racistas de apagamento, hierarquização e assujeitamento/sujeição. São eles: o sociólogo peruano Aníbal Quijano e o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel. Para Quijano (2005a), a colonização europeia nas Américas se fundamentou em dois eixos centrais de conhecimento: o dualismo cartesiano e o darwinismo social. Segundo o autor, com a divisão realizada por Descartes entre corpo e mente, em meados de 1630, os europeus tomaram para si a característica de seres racionais, relegando o resto da humanidade ao lado corpóreo do binômio mente-corpo. Já o darwinismo social foi importante para classificar as culturas dos diferentes países, tornando as culturas europeias mais próximas do ideal da humanidade, e as culturas não ocidentais próximas à selvageria e à barbárie.

Pensando nisso, Grosfoguel (2016), inspirado pelo pensamento quijaniano, mostra que Descartes teve influência no processo colonizatório não apenas com seu dualismo, mas, principalmente, com seu célebre “penso, logo existo”. Para o autor porto-riquenho, Descartes fez uma substituição em sua filosofia que transformou o paradigma filosófico em um pré e um pós Descartes. Essa virada teórica se deu na troca do Deus cristão pelo “Eu” cartesiano. O “Eu”, essa figura de onde deve partir toda a investigação de onde deriva o conhecimento e de onde nascem essas formas de saber.

Para Grosfoguel (2016), o ego cartesiano instaurou uma forma de conhecer o mundo que, erroneamente, não se estabelecia com as relações entre pessoas e o ambiente. Em outras palavras, Descartes foi o responsável por criar uma nova forma de imparcialidade filosófica, que foi e continua sendo central nas universidades atuais e nas relações que estabelecemos com as diversas disciplinas do saber. Para ele, toda forma de conhecimento que passe pelo crivo da corporeidade está, necessariamente, errado. A exemplo dos saberes tradicionais do mundo não ocidentalizado.

Para tanto, Grosfoguel também se apropria do pensamento de Enrique Dussel para firmar sua teoria sobre o método cartesiano e sua importância no atual sistema-mundo-moderno/colonial. Como esse mostra, Dussel apresenta sua ideia de que o “penso, logo existo” de Descartes é precedido 150 anos por um “conquisto, logo existo”. E a pretensão à universalidade que o pensamento de Descartes trouxe realmente se aproxima desse ideal universal por conta da conquista que os europeus submeteram ao resto do mundo. Dessa forma, “O que conecta o ‘conquisto, logo existo’ (Ego conquiro) com o idolátrico ‘penso, logo existo’ (Ego cogito) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo ‘extermino, logo existo’ (Ego extermino)” (Grosfoguel, 2016, p. 31).

O autor nos dá três formas de solucionar o problema das universidades de viés ocidentalizado que apresentamos atualmente por conta do processo da colonialidade do saber: em primeiro lugar, reconhecer que a base das universidades se funda no racismo/sexismo epistêmico e no provincialismo, gerado pela desqualificação e eliminação cultural que ocorreu no séc. XVI; em segundo lugar, o rompimento com a “epistemologia ocidental”, onde há a busca por universalismos decisórios; por último, a redefinição do cânone das ciências ocidentalizadas, que têm sua formação em cinco países (Alemanha, França, Itália, Estados Unidos e Inglaterra), além da busca por “pluralismos de sentidos e conceitos” (Grosfoguel, 2016).

Essas três formas de descolonizar a universidade, que tem suas bases ocidentalizadas não apenas em Descartes, mas, principalmente, em Kant e Humboldt, podem ser resumidas dentro de um conceito que o autor pega de empréstimo de Dussel: a transmodernidade. Diferentemente do projeto pós-moderno, que tem como base os países europeus, o projeto transmoderno se foca em países do Sul Global, que sofrem com o crivo da colonialidade e do colonialismo. Ela se baseia na busca por formas de vida que fujam aos ideais racistas, patriarcais, burgueses, coloniais e modernos que a Europa e os Estados Unidos vêm aplicando desde o séc. XVI. Em resumo, “A transmodernidade clama por uma pluralidade de soluções, onde ‘muitos decidem por muitos’” (Grosfoguel, 2016, p. 45).

Com esses autores decoloniais já citados, outro pensador desse giro que se mostra de importância crucial para a análise aqui desenvolvida é Nelson Maldonado-Torres. Maldonado Torres (2006) explica que as ciências humanas e sociais tiveram papel fundamental durante o processo colonizatório. Para ele, enquanto áreas das humanidades como a sociologia e a psicologia se preocupavam em estudar as sociedades do Norte Global, precisou-se da criação de duas novas ciências para que se estudassem as sociedades não europeias: a antropologia e o orientalismo. Além disso, o autor porto-riquenho afirma que, por um lado, as ciências da natureza, vide física, química e biologia, se preocupavam em estudar e intervir diretamente sob a natureza, por outro lado, foi dever das ciências humanas e sociais atuarem sob a materialidade europeia e colonial.

O autor faz uma genealogia, à la Foucault, da invenção e transformação das humanidades em áreas do saber que visavam o estudo das sociedades ditas modernas para o estudo e intervenção da

colonialidade e do colonialismo. Para ele, os Estudos Étnicos são fator fundamental para uma real descolonização dos espaços universitários do Terceiro Mundo, pois eles rompem com a visão racista predominante nos centros de educação superior. E é, para ele, precisamente esse o papel que as ciências humanas devem tomar, na América Latina. Um caminho de auxílio na luta por descolonização e deconialidade.

Além do papel central que Castro-Gómez dá às ciências sociais, Carneiro (2023) se utiliza do conceito de epistemicídio, desenvolvido pelo autor português Boaventura de Sousa Santos, como forma de explicar como os mecanismos que o dispositivo de racialidade opera no âmbito dos saberes coloniais. Para ela, Sousa Santos apresenta o epistemicídio como o outro lado do genocídio empreendido na colonização das Américas.

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjulgados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação do acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de legitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rabaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação decorrentes no processo educativo (Carneiro, 2023, pp. 88-89).

Dessa forma, o Não Ser cognoscente afirma o Ser cognoscente em sua dimensão ontológica e gnosiológica. Os povos racializados, constituídos enquanto o Outro do conhecimento, da cultura, da civilização e da raça, operam enquanto mecanismos de elevação social dos povos não racializados. Com isso exposto, o dispositivo de racialidade opera seguindo uma lógica negativa e positiva, concomitantemente, pois ela nega a existência de uns para (re)afirmar a existência de outros.

Para além do uso de Boaventura de Sousa Santos, Carneiro (2023) se utiliza fortemente da teoria do contrato racial erigida por Charles W. Mills para explicar, entre outras coisas, como o conhecimento é afetado pelas relações étnico-raciais. Para Mills, existe uma realidade de fato e uma realidade criada pela “autoridade epistêmica branca”, que surge como forma de manutenção das relações de poder entre a raça branca e os povos racializados. O autor chama essa forma de enxergar as disputas em torno do conhecimento de “epistemologia invertida”, justamente por não condizer com a realidade efetiva.

O contrato racial informado por essa epistemologia invertida conduz ao epistemicídio, afinal o contrato requer que a autoridade epistêmica sancione uma série de mitos e representações falsas a respeito dos não brancos e de suas capacidades políticas, morais e cognitivas (Carneiro, 2023, pp. 93-94).

O epistemicídio se atualiza no fazer científico hegemônico quando opera numa busca de uma realidade de fato que rompa a “aparência”. Pois, dessa forma, todas as formas de saber que fujam ao ideal hegemônico-positivista-branco são caracterizadas como subdesenvolvidas e passíveis não apenas

de esquecimento, como também de apagamento efetivo dessas relações tradicionais de saber (Carneiro, 2023).

Para tal, Antônio Bispo dos Santos (2023), mais conhecido como Nego Bispo, nos apresenta uma solução para essas formas de desqualificação dos saberes tradicionais, processo esse chamado por ele de cosmofobia: a contracolonização. Devemos nos apropriar dos termos usados pelos brancos, como forma de combatê-los. Nos afastar do monoteísmo branco e seu culto ao deus capital, das suas formas de subjugação das identidades originárias.

3 COLONIALIDADE DA BIOPOLÍTICA

Por colonialidade da biopolítica me refiro, inicialmente, aos mecanismos de formação e assujeitamento/sujeição da subjetividade e individualidade humanas. Uma forma específica de exercício de saberes e poderes que atua numa lógica de diferenciação-hierarquização dessas subjetividades e corporeidades subalternizadas. Seguindo essa lógica, acho de bom tom, inicialmente, explicitar o que configura, de um lado, a colonialidade do poder, e de outro lado, a biopolítica.

Para Foucault (2012; 2021a), a biopolítica se caracteriza por uma política sobre a população. Como uma forma de exercício de poder na esfera mesofísica, ou seja, um meio-termo entre a microfísica do poder e a macrofísica do poder (Castro-Gómez, 2007b). A biopolítica surge em meados do século XVIII, quando o há a passagem do poder soberano, ou Soberania, onde os reis detinham o poder de fazer morrer e deixar viver, por uma nova forma de controle do poder, onde não havia mais a figura do soberano, e o poder sobre a vida se transformou num poder de fazer viver e deixar morrer. Aliada aos processos de racismo e colonização, a biopolítica foi usada como mecanismo de Estado para controlar a espécie humana, por meio do controle da higiene, das taxas de fecundidade e de morte e das políticas de assistência social.

Por outro lado, segundo Quijano (2005a), a colonialidade do poder se define como um mecanismo de exercício do poder colonial pelas mãos de países do Norte Global sob países do Sul Global, por meio tanto do colonialismo quanto da colonialidade. Diante disso, propus, em trabalhos anteriores, que o conceito de colonialidade do poder quijaniano sofreu influência da analítica genealógica do poder foucaultiana.

Com isso exposto, como dito no tópico anterior, Castro-Gómez (2005), afirma que Quijano, com seu conceito de colonialidade do poder, se apropria da teoria do poder disciplinar erigida por Foucault como forma de analisar as relações materiais europeias, e a expande, se tornando, então, um mecanismo de análise das materialidades latino-americanas. Dessa forma, a analítica da colonialidade do poder, em Quijano, toma de empréstimo, também, o conceito foucaultiano de biopolítica. Com isso dito, pode-se dizer que o conceito de colonialidade da biopolítica se aproxima fortemente da teoria do assujeitamento/sujeição que desenvolvi no pensamento de Quijano anteriormente.

Essa comparação se mostra plausível e frutífera de análise por permitir uma nova forma de entender como as subjetividades e os corpos do Sul Global são oprimidos diariamente pelos mecanismos da colonialidade. Dessa forma, “não existe apenas uma colonialidade do poder, mas existem muitas e a sua análise dependerá do nível de generalidade considerado (micro, meso ou macro), bem como do seu âmbito específico de atuação” (Castro-Gómez, 2007b, p. 168, tradução minha).

Pelo fato da biopolítica estar inserida no nível da mesofísica do poder, a análise aqui proposta de uma colonialidade da biopolítica deve passar, necessariamente, por essa forma de análise da concretude. Dito isso, a analítica heterárquica das formas de poder se faz importante no entendimento dos mecanismos da colonialidade do poder. Segundo Castro-Gómez (2007b), Foucault empreende uma teoria heterárquica do poder por entender os processos ligados aos exercícios do poder como uma rede de fios emaranhados, e que os diferentes níveis de análise (micro, meso e macro) possuem determinadas independências entre si. Diferentemente das teorias clássicas de análise do poder, onde se levava em conta a hierarquia das relações de poder, em Foucault, essas conexões são entendidas como dispersas e não lineares.

Portanto, Castro-Gómez (2007b) nos mostra também que o caminho para a descolonização das relações de poder não deve se pautar apenas no nível macroestrutural, como querem certas análises marxistas, mas levando em conta, também, a colonialidade do poder nas esferas micro e mesoestruturais.

Devemos compreender que a descolonização não depende de revoluções molares (embora não as exclua), mas isso implica o afeto e a transformação criativa daquilo que Pierre Bourdieu chamou de habitus. Gostaria de chamar a este tipo de agência molecular, que implica a criação de um habitus pós-colonial e pós-capitalista, a decolonialidade do Ser [...] (Castro-Gómez, 2007b, pp. 171-172, tradução minha).

Evidentemente, não se pode tratar de colonialidade ou de biopolítica sem que se trate sobre o ponto norteador do projeto colonial/moderno-biopolítico: o racismo. Diferentemente daquela versão teorizada por Foucault, que entende os mecanismos do racismo utilizados apenas pelo aparelho estatal e, majoritariamente, na questão judaica e do nazismo, a teoria racial desenvolvida por autores decoloniais, me utilizando principalmente de Quijano, é extremamente mais densa e aproveitável para esse trabalho. “A raça será tanto o organizador da colonialidade do poder quanto a categoria que organizará a possibilidade de existência, produção e legitimidade do pensamento” (Oliveira e Osman, 2023, p. 167).

Segundo Quijano (2005a), o conceito de raça data de meados do século XVI, com a invasão europeia nas Américas. Os colonizadores necessitavam de uma forma de afirmação de si e negação do outro que pudesse proporcionar o projeto colonial. Para tal, houve a criação do conceito raça, juntamente com todos os males subsequentes às populações racializadas. Carneiro (2023) afirma que,

dentro do contexto dos conflitos raciais, a afirmação do ideal branco depende da negação do Outro racializado. Portanto, foi preciso a implementação do que a autora denomina de dispositivo de racialidade como forma de controle das subjetividades subalternizadas pelo critério racial.

Tendo exposto isso, faço minhas as palavras de Oliveira e Osman (2023):

Embora reste evidente que biopoder não é o mesmo que colonialidade, parece-nos razoável pretender aproximar ambos os processos históricos como modos de conhecer a modernidade/colonialidade tendo em conta a premissa de que as relações de poder como inscritas surgem em épocas aproximadas e possuem pontos de inflexão importantes relativamente aos efeitos que provocam no mundo como o conhecemos (Oliveira e Osman, 2023, p. 178).

Para Mignolo (2017), a colonialidade está para o contexto americano assim como a biopolítica está para o contexto europeu. Segundo o autor, “‘Biopolítica’ é um conceito do relato analítico da pós-modernidade. Igual a seu homólogo europeu, ‘colonialidade’ se situou no centro dos debates internacionais; no seu caso, no mundo não-europeu e na ‘antiga Europa ocidental’” (Mignolo, 2017, p. 14).

Em seu artigo *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*, Grosfoguel (2016) afirma que houve uma mudança paradigmática fundamental na forma de discriminação contra os judeus e muçulmanos diferente daquela erigida por Foucault em seu curso *Em defesa da sociedade*. Segundo o sociólogo, antes do séc. XVI, houve diversas perseguições contra essas populações religiosas, entretanto, com a invasão da América em 1492 e a subsequente “invenção” do racismo contra os indígenas, que passaram a serem considerados seres sem alma, houve uma mudança na forma que eram vistos os judeus e muçulmanos, convertidos ou não.

Segundo Grosfoguel (2016), Foucault parte de um lugar de eurocentrismo ao afirmar que o racismo de estado contra a população judaica começou no séc. XIX. Dessa forma, para ele, “ao contrário do que Foucault afirma, o racismo do século XVI já estava institucionalizado como racismo biopolítico do Estado” (Grosfoguel, 2016, p. 41). Essa forma de pensar do autor porto-riquenho se mostra de extrema importância para o prosseguimento desse tópico da pesquisa, pois inaugura uma nova forma de entender os mecanismos biopolíticos de Estado e atualiza a teoria foucaultiana sobre racismo.

De acordo com Foucault (2021a), o biopoder foi indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. Porém, para o autor, essa “era do biopoder” só chegou de fato a se consolidar em meados do séc. XVIII. Partindo do pressuposto erigido por autores do giro decolonial, especialmente aqui Quijano (1991; 2005b; 2014b) e Mignolo (2017), o capitalismo surgiu juntamente com a colonialidade e a modernidade. Partindo, também, da noção já citada anteriormente de Grosfoguel (2016) sobre a

biopolítica, pode-se dizer que deixou-se de se analisar como uma tríade e passou-se a se ver como uma quadriade: capitalismo, modernidade, colonialidade e biopolítica.

Em outras palavras, os mecanismos biopolíticos foram tão fundamentais quanto a colonialidade do poder e do saber para o surgimento do capitalismo como sistema monetário hegemônico e para a subsequente invenção da modernidade enquanto categoria de modernização do ideal social. Portanto, imagino eu, a colonialidade da biopolítica pode ser entendida como a quarta forma de colonialidade, juntamente com a colonialidade do poder, do saber e do ser (Castro-Gómez, 2007b).

Na esteira de Grosfoguel (2008), atualmente, vivemos sob o crivo de um mecanismo denominado pelo autor como “colonialidade global”. A colonialidade global está diretamente imbricada com o sistema-mundo capitalista moderno/colonial como sendo uma extensão da colonialidade do poder a nível global. Essa pretensão à universalidade pode-se dar por conta dos processos colonizatórios e pela influência que os países do Norte Global ainda exercem no Sul Global. Influência essa que não é apenas a nível cultural, mas, principalmente, a nível econômico, por conta de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e militar, por meio de organizações como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Grosfoguel, 2008).

O conceito desenvolvido por Grosfoguel (2008) ajuda a entender como pode se dar uma colonialidade da biopolítica por permitir entender como se funda e como funciona a colonialidade do poder fora do território individual de cada Estado-nação dentro do contexto do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Além disso, se torna importante por permitir a expansão do pensamento desenvolvido por Quijano, principalmente em *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, seu texto de maior influência para a construção do presente texto.

Concomitantemente ao que foi trazido anteriormente, a colonialidade da biopolítica se instaurou antes mesmo do que Foucault (2021a) denomina como era do biopoder. Isso se deve ao fato dos mecanismos racistas de Estado terem sido gestados antes do que o autor imaginava. O racismo de Estado não começou com a discriminação sofrida pela população judaica no séc. XIX, ele começou com os mecanismos de diferenciação, hierarquização e assujeitamento/sujeição dos povos indígenas latino-americanos baseado no argumento de que eles eram povos sem alma, como bem mostra Grosfoguel (2016).

O argumento de Grosfoguel (2016) baseia-se na ideia de que, durante a (re)conquista espanhola de Al-Andalus, os povos judeus e muçulmanos que optaram por continuar naquele território foram obrigados pelas autoridades inquisitoriais a se converterem ao cristianismo católico. Nessa (re)conquista, os judeus e muçulmanos recém-convertidos ao cristianismo recebiam status diferenciado em relação aos católicos de origem, porém sem que o critério racial fosse aplicado. Houve, de fato, o argumento da pureza de sangue durante o processo da invasão espanhola, mas esse critério levava em consideração apenas o critério religioso.

Com a invasão espanhola nas Américas e o subsequente encontro com os povos indígenas, foi-se adotado um novo critério de classificação daquelas pessoas. Se, antes, os judeus e muçulmanos convertidos ainda gozavam do privilégio de serem vistos como pessoas detentoras de alma, os povos indígenas não tiveram a mesma sorte, inicialmente. A alma, como mostra Grosfoguel (2016), nessa época estava relacionada a ter ou não uma religião, e os judeus e muçulmanos tinham seus deuses, mesmo que fossem considerados deuses errados. Diferentemente do que se considerou dos povos nativos, que foram taxados como não tendo alma por não terem deuses. A verdade é que eles tinham, sim, seus deuses, porém, estes fugiam totalmente ao padrão ocidentalocêntrico-monoteísta-antropocêntrico. As divindades indígenas eram baseadas nas forças e nas expressões da natureza.

Dito isso, os povos originários das Américas foram, segundo o autor porto-riquenho e ao meu ver, os primeiros a sofrerem com os mecanismos estatais e não estatais de racismo. Seguindo essa lógica operacional, a colonialidade da biopolítica surgiu juntamente com a colonialidade do poder. Em outros termos, foi preciso uma forma de poder que disciplinasse os corpos subalternizados para que eles estivessem a serviço do capitalismo central, que é a colonialidade do poder. Também foi preciso que fosse criado um mecanismo de controle e subjugação dos povos não brancos e europeus enquanto vistos como sub-espécies da espécie humana.

A colonialidade da biopolítica, portanto, também dependeu fortemente da colonialidade do saber (eurocentrismo) para se instalar como forma de assujeitamento/sujeição das subjetividades dissidentes. Essa correlação se deu, pois o eurocentrismo, que se baseia no argumento de que somente o conhecimento produzido nos moldes da ciência eurocêntrica-branca baseada em Descartes e Kant, era válido. Dessa forma, foi preciso que o eurocentrismo atuasse como forma de assujeitamento dos saberes colonizados e como método de análise das diversas materialidades latino-americanas.

Diferentemente também do que foi teorizado por Foucault, a colonialidade da biopolítica não se exerce apenas em nível mesofísico, mas, também, macrofísico e microfísico. Esse fenômeno ocorre, principalmente, por se estar levando em conta que a colonialidade da biopolítica extrapola a soberania estatal dos Estados-nações europeus e se instaura como mecanismo de controle para além do Atlântico. Com isso exposto, o critério microfísico-celular da colonialidade da biopolítica se dá por conta do seu parentesco com a colonialidade do poder enquanto mecanismo molecular de diferenciação e análise das populações sujeitadas a essas formas de controle da subjetividade e dos corpos subalternizados.

4 CONCLUSÃO

O atual plano de trabalho partiu de uma análise arqueogenealógica dos mecanismos de assujeitamento e produção de verdade sob e no corpo de indivíduos que tiveram suas culturas, etnias, idiomas e costumes subjugados por um processo brutal de repressão física, com diversas mortes e



peças em situação de escravidão, e mental, por conta da desvalorização dos nexos significativos presentes em suas vidas.

Dessa forma, para que fosse possível concretizar o presente trabalho, foi consultada vasta gama de bibliografia primária e secundária relacionada a Michel Foucault, Aníbal Quijano, Santiago Castro-Gómez e Sueli Carneiro, além de autores pertencentes ou não ao cânone da Teoria Social e filosofia, para entender os possíveis pontos de influência que estes pensadores exerceram sob o filósofo francês e o sociólogo peruano.

Tendo isso exposto, foi primordial para a melhor compreensão dos assuntos aqui estudados, que tanto o tópico dos saberes eurocêntricos/racistas no contexto da colonialidade quanto o conceito de colonialidade da biopolítica serviram como forma de atualização do projeto mais amplo que venho fazendo nos últimos dois anos, intitulado genealogia decolonial ou decolonialidade genealógica. Essa atualização se dá, aqui, por estar destrinchando alguns dos diversos âmbitos que a colonialidade e o colonialismo se infiltram, necessitando de uma abordagem diferenciada para a análise das formas de exercício do saber/poder a nível da colonização mental e física.

Foi possível entender como os mecanismos relacionados aos saberes eurocêntricos atuaram na manutenção do status quo da colonialidade e do colonialismo. Dessa forma, a produção de saberes eurocentrados passa, necessariamente, pelo crivo do racismo, como bem mostra Grosfoguel (2016). Além disso, foi possível entender qual o papel dos intelectuais e das universidades dentro do contexto colonizatório na perpetuação da situação colonial.

Vale salientar que os esforços aqui empreendidos são a continuação de pesquisas feitas anteriormente e que continuarão a ser feitas após a publicação do presente trabalho. As considerações aqui expostas ainda são o início de um projeto mais amplo que envolve tanto a genealogia decolonial ou decolonialidade genealógica quanto a colonialidade da biopolítica. Esta que, por sinal, ainda merece ser explorada melhor num próximo texto.



REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. 1 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1980.
- BENEVIDES, P. S. Verdade e Ideologia no pensamento de Michel Foucault. ECOS, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, pp. 88-101, fev./mai. 2013.
- BUTLER, J. A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2022.
- CARNEIRO, S. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1 ed. São Paulo, SP: Zahar, 2023.
- CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. 1 ed. São Paulo, Selo Negro Edições, 2011.
- CASTRO, E. Introdução a Foucault. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014.
- CASTRO, E. Vocabulário de Foucault. 2 ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2016.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: Lander, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 87-95, 2005.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: Castro-Gómez, Santiago e Grosfoguel, Ramon (orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, pp. 79-93, 2007a.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Michel Foucault y la colonialidad del poder. Tábula rasa, Bogotá, n. 6, pp. 153-172, enero/junio, 2007b.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 24-32, 2005.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo, SP: Ubu editora, 2020.
- FERNANDES, F. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4 ed rev. São Paulo: SP: Global editora, 2009.
- FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 8 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense, 2020.
- FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 24 ed. São Paulo, SP: Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, M. A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973). 1 ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. A verdade e as formas jurídicas. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Nau, 2013.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). 2 ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2012.



- FOUCAULT, M. História da loucura na Idade Clássica. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade 1: A vontade de saber. 12 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 2021a.
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 13 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 2021b.
- FOUCAULT, M. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). 1 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, M. O poder psiquiátrico: curso no Collège de France (1973-1974). 1 ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. 42 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.
- GROSFÓGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade E Estado*, 31(1), 25–49, 2016.
- GROSFÓGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.
- HUGUET, M. G. A análise do poder: Foucault e a teoria decolonial. *Tabula rasa*, Bogotá, n. 16, pp. 59-77, jan./jun. 2012.
- HUR, D. U. Psicologia, política e esquizoanálise. 3 ed. Campinas, SP: Alínea, 2021
- LAMBERT, H. Feminismo autônomo latino-americano: Na Bolívia, as Mujeres Creando reivindicam a descolonização dos corpos. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 3(4), 59-83, 2017.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, p. 8-23, 2005.
- LISBÔA, F. M. O dispositivo colonial: entre a arqueogenealogia de Michel Foucault e os estudos decoloniais. *MOARA—Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras* ISSN: 0104-0944, v. 2, n. 57, p. 33-51, 2021.
- MALDONADO-TORRES, N. Pensamento crítico desde a subalternidade: os Estudos Étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 34, 2006.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFÓGUEL, R. (orgs.). *El giro decolonial*. 1 ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, pp. 127-168, 2007.
- MBEMBE, A. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 1 ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MEMMI, A. Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Lander, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 33-49, 2005.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje: Epistemologias do Sul, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, pp. 12-32, 2017.

NIETZSCHE, F. Genealogia da moral. 12. ed. São Paulo, SP: Companhia de bolso, 2020.

NIETZSCHE, F. Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida. 1. Ed. São Paulo, SP: Hedra, 2017.

OLIVEIRA, M. J.; OSMAN, E. M. R. O. Biopoder e Colonialidade. Revista Dissertatio de Filosofia, v. 57, p. 162-187, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y Clasificación Social. Clímaco, D (org.). Cuestiones y Horizontes: de la dependencia historico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014a.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005a.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Novos rumos, ano 17, n. 37, 2002.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad. In: Quijano, Aníbal. Textos de fundación. Buenos Aires: Ediciones del Signo, p. 60-70, 2014b.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Estudos Avançados, 19 (55), 2005b, p. 9-31.

QUIJANO, A. La americanidad como concepto o América en el mundo moderno-colonial. In: Quijano, Aníbal. Textos de fundación. Buenos Aires: Ediciones del Signo, p. 71-82, 2014b.

QUIJANO, A. La modernidad, el capital y América Latina nacen el mismo día. Revista del Centro de Educación y Cultura, No. 10, Lima, enero de 1991, p. 42-57.

QUIJANO, A. La nueva heterogeneidad estructural de América Latina. Hueso Humero, n. 26, 1990, p. 8-33.

QUIJANO, A. La tensión del pensamiento latinoamericano. In: Quijano, Aníbal. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad-descolonialidad del poder, 2020.

QUIJANO, A. Lo público y lo privado: un enfoque latinoamericano. In: Quijano, Aníbal. Modernidad, identidad y utopia en America Latina. Lima: Sociedad y Política ediciones, 1988.

QUIJANO, A. ¡Qué tal raza! In: Quijano, Aníbal. Textos de fundación. Buenos Aires: Ediciones del Signo, p. 100-108, 1998.

QUIJANO, A. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariategui: cuestiones abiertas. In: Quijano, Aníbal. Textos de fundación. Buenos Aires: Ediciones del Signo, p. 83-99, 1992a.



QUIJANO, A. ¿Sobrevivirá América Latina? In: Quijano, Aníbal. Textos de fundación. Buenos Aires: Ediciones del Signo, pp. 47-59, 1991.

SANTOS, A. B. dos. A terra dá, a terra quer. 1 ed. São Paulo, SP: Ubu editora/PISEAGRAMA, 2023.

SENA, G. R. S. Genealogia e decolonialidade: uma agenda de pesquisa. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 34., 2023, Natal.

SILVA, L. T. A duplicidade do assujeitamento. Revista de Ciências Sociais-Brasil, v. 54, n. 1, 2023.

SILVA, L. T. Uma análise comparativa dos conceitos de subalternidade e racialidade. Temáticas, v. 23, n. 45, pp. 127-154, 2015.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar?. 1 ed. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2018.

YAZBEK, A. C. 10 lições sobre Foucault. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.